



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão Diretora do Senado Federal (CDIR)

Data da reunião: 07/07/2021

Presidente: Senador Rodrigo Pacheco

1ª Parte - REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO COM PARECER PELA APROVAÇÃO - COVID-19 (11)

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p>RQS 371/2020</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, sobre a não participação do Brasil na iniciativa internacional para financiar pesquisas voltadas à imunização e ao tratamento da covid-19, lideradas pela União Europeia.</p> <p>Autoria: Senador Rogério Carvalho</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	<p>Solicita informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a não participação do Brasil na iniciativa internacional para financiar pesquisas voltadas à imunização e ao tratamento da covid-19, lideradas pela União Europeia.</p> <p>A pergunta central é se houve convite para que o Brasil fizesse parte da recente iniciativa, liderada pela presidente da Comissão Europeia, visando reunir recursos de governos e organizações filantrópicas em todo o mundo para desenvolver a imunização e disponibilizar os tratamentos para a covid-19 de modo universal e a preços acessíveis.</p> <p>Caso tenha ocorrido esse convite, solicita-se a informação da motivação da negativa em aceitar o convite. Caso não tenha sido feito o convite, se há interesse do Governo em promover o desenvolvimento da vacina contra o coronavírus mediante cooperação internacional. Por fim, indaga-se quais seriam as ações e iniciativas do Brasil voltadas ao combate e solução da pandemia da covid-19.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	RQS 753/2020 Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre a aquisição de respiradores no Brasil. Autoria: Senador Weverton [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação com emendas. As perguntas foram editadas pelo relator.	Requer as seguintes informações ao Ministro de Estado da Saúde, sobre a aquisição de respiradores no Brasil: 1. Quantos respiradores foram adquiridos no mercado nacional até o presente momento? 2. E quantos respiradores foram adquiridos no mercado internacional até o presente momento? 3. Quais os preços unitários pagos para cada um dos respiradores adquiridos, seja no mercado nacional, seja no internacional? 4. Quantos respiradores adquiridos foram efetivamente entregues e quantos ainda faltam ser entregues? O relator propõe a aprovação do requerimento, com emendas para adequar a forma, corrigir imprecisões e evitar truncamento da emenda e do corpo do ato.
3	RQS 1706/2020 Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Saúde interino sobre a garantia de direitos sexuais e reprodutivos de mulheres durante a pandemia do COVID-19. Autoria: Senador Humberto Costa [tramitação] Não Terminativo	Senador Romário	Pela aprovação	Solicita informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre a garantia de direitos sexuais e reprodutivos de mulheres durante a pandemia do COVID-19, assim especificadas: 1. de quais itens da Nota Técnica nº 16/2020-COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS estariam em desacordo com a lei e com as demais normativas do Ministério da Saúde, caso que justificaria a suspensão das orientações que dá; 2. o que fez o Ministério da Saúde para identificar os responsáveis pela divulgação não autorizada da referida Nota; 3. quais as orientações técnicas atualmente sustentadas pelo Ministério da Saúde para o uso de contraceptivos e para a oferta de aborto legal; 4. quais medidas o governo tomou, desde 11 de março de 2020, data da declaração de pandemia da covid-19, para assegurar oferta suficiente de métodos contraceptivos, de aconselhamento e de aborto legal, visto assim determinar a lei; 5. da quantidade, de janeiro de 2019 a julho de 2020, de mulheres atendidas e aconselhadas quanto à contracepção e à oferta de meios contraceptivos e de abortos legais realizados, bem como da quantidade de hospitais de referência que oferecem procedimentos de aborto legal no Brasil; 6. da razão matemática, em cada unidade da Federação, entre a demanda por abortos legais e as instituições que o realizam; 7. das unidades da Federação nas quais não há hospital que realize aborto legal. Solicita, ainda, a enumeração: 1. das políticas e das ações do Ministério da Saúde concernentes aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil para alinhar-se com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, bem como o cronograma de ações de oferta de direitos sexuais e reprodutivos às mulheres até 2030; 2. de todas as medidas adotadas pelo Ministério da Saúde entre janeiro de 2019 e julho de 2020 concernentes aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, seja para assegurá-los, ampliá-los ou restringi-los.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
4	RQS 1726/2020 Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre o abastecimento de medicamentos indispensáveis para o tratamento de pacientes com Covid-19 em estado grave, no âmbito do SUS. Autoria: Senadora Rose de Freitas [tramitação] Não Terminativo	Senador Romário	Pela aprovação	<p>Solicita informações ao Ministro da Saúde sobre o abastecimento de medicamentos indispensáveis para o tratamento de pacientes com Covid-19 em estado grave, no âmbito do SUS.</p> <p>O requerimento visa a obter esclarecimentos relativos ao quadro de abastecimento da rede hospitalar pública, própria e conveniada ao SUS, no tocante a medicamentos como sedativos e bloqueadores neuromusculares, entre outros, utilizados na assistência aos pacientes com covid-19 em estado grave, especialmente aqueles que necessitam de intubação orotraqueal e ventilação mecânica.</p> <p>Ainda em relação a esses medicamentos, são solicitadas também informações sobre: acompanhamento realizado pelo Ministério da Saúde sobre a situação do abastecimento em estados e municípios; eventual falta desses medicamentos no mercado interno brasileiro; medidas adotadas para mitigar o problema do desabastecimento no curto, médio e longo prazos; dados sobre eventuais compras centralizadas realizadas pelo Ministério da Saúde; iniciativas de cooperação internacional para importação desses medicamentos; acompanhamento sobre os preços praticados no mercado interno e medidas para coibir a prática de preços abusivos.</p>
5	RQS 2521/2020 Ementa: Informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre a comunicação e divulgação de informação sobre vacinas no Brasil. Autoria: Senador Humberto Costa [tramitação] Não Terminativo	Senador Irajá	Pela aprovação com emendas de ajustes a redação de alguns dos questionamentos para que se limitem às ações passadas ou presentes.	<p>Solicita ao Ministro de Estado das Comunicações informações sobre o posicionamento institucional e as estratégias da Pasta acerca da comunicação e divulgação de informações sobre vacinas no Brasil, especialmente no que tange à futura vacinação contra a covid-19. O relator propõe a aprovação com adequações para ajustar a redação de alguns dos questionamentos para que se limitem às ações passadas ou presentes do Ministério, de modo a se ajustarem às normas que regem os requerimentos de informações. Se aprovado o relatório, as informações a serem requeridas serão as seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Qual é a estratégia do Ministério das Comunicações para conter a disseminação e o compartilhamento de <i>fake news</i> (notícias falsas) sobre vacinas, especialmente nas redes sociais e na internet? 2. Como se dá o relacionamento da Pasta com a imprensa regional, nacional e internacional acerca da pandemia de covid-19 e da futura vacinação contra essa doença? 3. Qual é a política oficial de comunicação e divulgação do Governo Federal a respeito das vacinações de caráter obrigatório, previstas em lei? 4. Como se dá a atuação desta Pasta, nas redes sociais, para se contrapor ao movimento antivacina? 5. Como é efetivada a articulação desta Pasta com o Ministério da Saúde, no que se refere ao enfrentamento da covid-19 e à futura vacinação contra essa doença?
6	RQS 2550/2020 Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre a aplicação dos recursos transferidos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para enfrentar e mitigar os efeitos sociais adversos da pandemia da covid-19. Autoria: Senadora Simone Tebet [tramitação] Não Terminativo	Senador Irajá	Pela aprovação	<p>Requerimento ao Ministro de Estado da Saúde acerca da aplicação dos recursos transferidos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para enfrentar e mitigar os efeitos sociais adversos da pandemia da covid-19. As informações solicitadas são as seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) o valor total autorizado no orçamento da Pasta para transferência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para enfrentar e mitigar os efeitos sociais adversos da pandemia da covid-19; 2) o montante transferido aos entes subnacionais, se possível, discriminado por cada ente; 3) a parcela do montante anterior efetivamente executada (aplicada) pelos entes subnacionais, se possível, discriminada por cada ente.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
7	<p>RQS 2954/2020</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre os principais desafios com que se defrontam as políticas públicas para migrantes e refugiados durante a Covid-19 relacionadas à regularização migratória e ao acesso ao auxílio emergencial.</p> <p>Autoria: Senadora Mara Gabrilli</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação com emendas de redação para suprimir as menções ao nome de "André Mendonça".	<p>Requerimento das seguintes informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública:</p> <p>1. Os principais desafios com que se defrontam as políticas públicas para migrantes e refugiados durante a Covid-19 consistem na regularização migratória e no acesso ao auxílio emergencial. No que diz respeito à regularização migratória, a Polícia Federal suspendeu serviços para migrantes desde 24 de março deste ano. Em relação ao auxílio emergencial, o acesso não é tão fácil para a maior parte dos migrantes, em razão de sua condição de indocumentados ou irregulares. Embora tenham sido prorrogados automaticamente os prazos dos documentos, os migrantes indocumentados não conseguem agendamento para a emissão de seus documentos. Que medidas vêm sendo adotadas pela autoridade pública para a assistência a (i) migrantes não possuidores de CPF; (ii) migrantes em situação irregular ou (iii) migrantes cujo CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais) esteja desatualizado, impedindo-lhes o acesso ao auxílio emergencial? Em particular, que medidas estão previstas para garantir a este migrante o auxílio emergencial?</p> <p>2. No caso daqueles migrantes que dependem do cadastro na Caixa Econômica Federal - CadÚnico, acima mencionado, foram identificadas as seguintes barreiras: (i) o site e os aplicativos são disponibilizados apenas em português; (ii) muitos desses migrantes não possuem celular ou computador; (iii) não é possível a realização do saque do auxílio por aqueles migrantes indocumentados, por impossibilidade de gerar o código para saque e (iv) a realização do saque do benefício fica impossibilitada, em virtude da falta de padronização do atendimento nas agências da Caixa, por não reconhecimento dos documentos migratórios. Que medidas vêm sendo tomadas com vistas à retirada das barreiras mencionadas?</p> <p>O relator propõe a aprovação com emenda que suprime do requerimento o nome do Sr. André Mendonça, que não é mais o Ministro da Justiça e Segurança Pública.</p>
8	<p>RQS 1073/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre leitos em hospitais ligados a estrutura do Ministério da Defesa.</p> <p>Autoria: Senador Humberto Costa</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Weverton	Pela aprovação	<p>Requerimento de informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre leitos em hospitais ligados à estrutura do Ministério da Defesa, especificamente:</p> <p>1. Há quantos hospitais no território nacional?</p> <p>2. Em que cidades se encontram?</p> <p>3. Para cada um dos hospitais, requisita-se:</p> <p>a) qual a quantidade de leitos disponíveis para pacientes covid-19? E para pacientes acometidos por outras enfermidades?</p> <p>b) qual a quantidade de leitos de UTI disponíveis para pacientes covid-19? E para pacientes acometidos por outras enfermidades?</p> <p>c) autoridades estaduais ou municipais chegaram a solicitar leitos para atendimento de pacientes do SUS? Se sim, qual o tipo e a quantidade de leitos solicitados e quantos foram efetivamente utilizados para pacientes do SUS?</p> <p>d) evolução histórica da taxa de ocupação dos leitos a partir de 2021. Apresentar dados para cada um dos quatro tipos de leitos - leitos normais e leitos de UTI, para covid-19 ou para outras enfermidades.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
9	<p>RQS 1094/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre o abastecimento de medicamentos durante a pandemia de covid-19.</p> <p>Autoria: Senador Weverton</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	<p>Requerimento das seguintes informações ao Ministro de Estado da Saúde:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Quais os procedimentos que o governo está adotando para manter o estoque necessário de medicamentos par atender a demanda durante a Covid-19?2) Qual a quantidade real de medicamentos que o governo tem em estoque para atendimento da população, seja a nível federal, estadual/distrital ou municipal?3) A atuação do consórcio Covax Facility é ainda insuficiente para o atendimento da demanda brasileira? Se sim, por que?4) Como o Brasil se tornou tão vulnerável do ponto de vista sanitário, a despeito da Covid-19?5) Por que o Brasil é o único país em desenvolvimento contrário à suspensão das patentes de vacinas, medicamentos e insumos hospitalares para combate da Covid-19 pelo tempo de duração da pandemia, conforme debate produzido na Organização Mundial do Comércio (OMC) em reunião realizada nos dias 10 e 11/03 deste ano?6) De que forma o Brasil está atuando no âmbito do Acordo TRIPS para fins de flexibilização da Patente Industrial alusiva aos Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) para fins de agilidade na produção de vacinas no Brasil?7) Quais políticas o Brasil está adotando para gerar capacitação tecnológica adequada a ponto de reduzir nossa dependência estrangeira de produtos medicamentosos relacionados a Covid-19?8) Como está a política de Parceria de Desenvolvimento Produtivo (PDPs) do Brasil em relação à Covid-19? E com quantos e quais países o Brasil se relaciona em termos de PDPs?9) Qual a relação entre o desabastecimento de medicamentos e o aspecto logístico da área de saúde no Brasil atual?10) Como estão agindo as Centrais de abastecimento farmacêuticos do Sistema Único de Saúde (SUS) nos níveis federal, estadual/distrital e municipal, para debelarem a crise de desabastecimento medicamentoso no Brasil?

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
10	<p>RQS 1303/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre o suprimento de oxigênio medicinal aos serviços de saúde durante a pandemia de covid-19.</p> <p>Autoria: Senador Styvenson Valentim e outros</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Weverton	Pela aprovação	<p>Requerimento de informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre o suprimento de oxigênio medicinal aos serviços de saúde durante a pandemia de covid-19, especificamente:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Quais municípios brasileiros se encontram em situação crítica em relação ao abastecimento de oxigênio medicinal, tanto para os serviços de saúde públicos quanto para os privados?2. Quais são as estimativas de consumo, de reservas e de provimento de oxigênio medicinal para esses municípios nos próximos dois meses?3. Qual é a capacidade produtiva de oxigênio medicinal por estado brasileiro?4. Como é feito o monitoramento da demanda e da oferta de oxigênio medicinal pelo Ministério da Saúde? Quando a Pasta detectou o risco de desabastecimento desse insumo no Município de Manaus, Estado do Amazonas, e no restante do País?5. Quais medidas foram adotadas pelo Ministério da Saúde para garantir o suprimento de oxigênio medicinal aos serviços de saúde públicos e privados? O que foi feito no sentido de incrementar a capacidade produtiva nacional desse insumo? Quais medidas serão adotadas pela Pasta nas próximas semanas?6. Quais são os principais fornecedores de oxigênio medicinal do País? O Ministério da Saúde entabulou negociações com essas empresas no sentido de ampliar sua capacidade produtiva?7. O Ministério da Saúde buscou alternativas a essas empresas para a produção de oxigênio medicinal? Em caso positivo, quais foram as empresas e qual a estimativa de fornecimento (volumes e prazos de entrega)?8. Qual é o impacto esperado sobre o fornecimento de oxigênio medicinal decorrente da flexibilização das regras referentes ao envase desse insumo, determinada pela Resolução RDC nº 482, de 19 de março de 2021, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)?

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
11	RQS 1357/2021 Ementa: Informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre as campanhas publicitárias desenvolvidas pelo Ministério com relação à Covid-19. Autoria: Senador Fabiano Contarato [tramitação] Não Terminativo	Senador Weverton	Pela aprovação	<p>Requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre as campanhas publicitárias desenvolvidas pelo Ministério com relação à Covid-19, especificamente:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Com relação às campanhas publicitárias relacionadas à Covid-19, pergunta-se qual foi a quantidade de recursos públicos efetivamente empenhados e executados para realizá-las e qual foi o número de inserções e alcance, por meio de veiculação, para cada um dos temas abaixo: <ul style="list-style-type: none"> • Medidas de prevenção, incluindo higiene, uso de máscaras e distanciamento social; • Retomada de atividades econômicas; • Atendimento ou tratamento precoce e recomendações médicas; • Vacinação; • Distribuição de recursos e insumos pelo governo federal para estados e municípios; 2. Com relação aos gastos com influenciadores, qual foi o total de recursos públicos pagos a indivíduos com perfis em redes sociais e canais em sites de compartilhamento de vídeos para promover ações do governo? Quais foram os critérios para selecioná-los e quanto foi pago a cada um deles? 3. Houve qualquer tipo de campanha publicitária com objetivo de promover o uso do chamado aplicativo 'TrateCov'? Se sim, quanto foi gasto e qual foi o alcance dessa publicidade? 4. Em qualquer campanha publicitária do governo federal foram incluídas referências a "tratamento precoce" ou a medicamentos sem eficácia cientificamente comprovada, como cloroquina, hidroxiclороquina e ivermectina, entre outros? 5. A campanha publicitária de incentivo e informação sobre a vacinação considerou as desigualdades raciais na vacinação contra a Covid-19? Se sim, como?

2ª Parte - REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO COM PARECER PELA APROVAÇÃO (49)

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	RQS 2/2020 Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre o posicionamento do Conselho Nacional de Política Indigenista (art. 38, XV, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e Decreto nº 8.593, 17 de dezembro de 2015) acerca do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2016, a fim da observância do art. 6º, "a", da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho e normas correlatas, bem como da manifestação desse Conselho sobre a suspensão do trâmite do referido projeto, contida na Resolução nº 2, de 28 de abril de 2016, expedida pelo próprio Conselho. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	<p>Requerimento de informações a ser encaminhado ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre o posicionamento do Conselho Nacional de Política Indigenista (art. 38, XV, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e Decreto nº 8.593, 17 de dezembro de 2015) acerca do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2016, a fim da observância do art. 6º, "a", da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho e normas correlatas, bem como da manifestação desse Conselho sobre a suspensão do trâmite do referido projeto, contida na Resolução nº 2, de 28 de abril de 2016, expedida pelo próprio Conselho.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	REQ 25/2020 - CRE Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Henrique Fraga Araújo, informações sobre o custo total das embaixadas e consulados e as respectivas informações sobre o comércio exterior e a balança comercial. Autoria: Senadora Kátia Abreu e outros [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao Ministro de Estado das Relações Exteriores das seguintes informações: 1. custo total das embaixadas e consulados (com recursos humanos detalhados por salário médio, quantidade e demais despesas de custeio); 2. comércio exterior e balança comercial (valores e quantias divididos por país e sedes das embaixadas e consulados).
3	RQS 116/2020 Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Cidadania sobre o número de famílias que estão no cadastro único e que estão sem acesso ao Programa Bolsa Família. Autoria: Senador Jader Barbalho [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação com emendas para deferimento parcial apenas quanto aos itens 1, 4 e 5 e pelo indeferimento, por não-regimentalidade, do encaminhamento do contido nos itens 2, 3 e 6 da mesma proposição.	Requerimento ao Ministro de Estado da Cidadania sobre o número de famílias que estão no cadastro único (cadúnico) e que estão sem acesso ao Programa Bolsa Família. As informações solicitadas são as seguintes: 1. Quantas famílias estão cadastradas no Cadastro Único, que estão na linha da extrema pobreza ou pobreza, por Estado, e que não foram contempladas pelo Programa Bolsa Família? 2. Por que essas famílias não estão recebendo os benefícios Programa Bolsa Família? 3. Quais os motivos que levaram ao baixo número de benefícios concedidos nas regiões Norte e Nordeste, das famílias que estão cadastradas no Cadastro Único e que estão na linha da extrema pobreza ou pobreza, se comparados com as outras regiões do país? 4. O Ministério da Cidadania tem recursos suficientes para atender todas as famílias cadastradas no Programa Bolsa Família? 5. Houve cortes no orçamento do Programa Bolsa Família para este ano? Caso tenha tido, qual o montante que foi contingenciado e quanto o Programa ainda dispõe para atendimentos das famílias cadastradas? 6. O Governo Federal continuará a priorizar a liberação de recursos para as famílias na linha da pobreza e extrema pobreza através do Programa Bolsa Família? O relator propõe o deferimento parcial do Requerimento nº 116, de 2020, apenas quanto aos itens 1, 4 e 5 e pelo indeferimento, por não-regimentalidade, do encaminhamento do contido nos itens 2, 3 e 6 da mesma proposição. Considera que o art. 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, prevê que o requerimento de informações não poderá conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido (inciso I) e nem poderá se referir a mais de um Ministério (inciso II). Entende que parte do requerimento não atende a tais exigências, pois contém, nos itens 2, 3 e 6, interrogações de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
4	RQS 225/2020 Ementa: Informações ao Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, sobre balanço patrimonial do Banco Central; lucro no exercício anterior; disponibilidade de recursos das instituições financeiras junto ao Banco Central, a exemplo dos depósitos compulsórios e voluntários e a disponibilidade de recurso do sistema financeiro para empréstimos, liquidez empossada. Autoria: Senador Otto Alencar [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento de informações ao Presidente do Banco Central do Brasil, sobre o balanço patrimonial do Banco Central; lucro no exercício anterior; disponibilidade de recursos das instituições financeiras junto ao Banco Central, a exemplo dos depósitos compulsórios e voluntários, e disponibilidade de recursos do sistema financeiro para empréstimos; e liquidez empossada.
5	RQS 385/2020 Ementa: Informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre as políticas relativas a desmatamento, queimadas e enfrentamento do efeito estufa. Autoria: Senador Rogério Carvalho [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	<p>Requerimento de informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre as políticas relativas a desmatamento, queimadas e enfrentamento do efeito estufa, especificamente sobre:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - com relação ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), o detalhamento sobre o grau de atendimento dos 9 (nove) objetivos para cumprimento até 2020 definidos para ambos os planos em publicação oficial do Ministério em seu sítio eletrônico, na seção Prevenção e Controle do Desmatamento; 2 - cópia do Balanço de Execução 2019 do PPCDAm e PPCerrado 2016-2020. Caso o Balanço 2019 não esteja pronto, solicita-se cópia das consultas realizadas aos órgãos setoriais para elaboração desse Balanço; 3 - já estão em elaboração novas fases do PPCDAm e do PPCerrado para o período pós-2020? Se sim, solicita-se cópia do ato que designou membros que serão encarregados da elaboração, bem como cópia das atas das reuniões realizadas; 4 - no caso de existir algum plano ou outro instrumento de planejamento para prevenção e controle do desmatamento, solicito que seja disponibilizado o acesso a esses dados; 5 - qual estratégia de políticas públicas de prevenção e controle do desmatamento o Ministério do Meio Ambiente (MMA) tem adotado em 2020? 6 - acesso ao Relatório de Gestão da pasta sobre esse tema para o exercício de 2019; 7 - que estrutura de governança o MMA dispõe para fazer frente ao desafio do desmatamento no País, particularmente na Amazônia Legal? 8 - quanto ao tema mudança do clima, considerando que estamos no primeiro ano de validade da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) brasileira apresentada no âmbito do Acordo de Paris, qual a situação da Estratégia Nacional para a Implementação e o Financiamento da NDC no Brasil? 9 - quais políticas públicas foram planejadas e elaboradas para o atendimento das metas previstas no compromisso citado na pergunta anterior? 10 - cópia do relatório de atividades econômicas que mais impactaram no desmatamento mais recente.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
6	<p>RQS 732/2020</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado do Turismo sobre a reestruturação administrativa dos órgãos e das instituições culturais federais e sobre os recursos destinados ao Fundo Setorial do Audiovisual.</p> <p>Autoria: Senador Humberto Costa</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	<p>Requerimento ao Ministro de Estado do Turismo de “informações e um posicionamento do Executivo sobre a estrutura administrativa relativa à cultura e sobre a execução orçamentária dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)”. São esses os aspectos a serem esclarecidos:</p> <ol style="list-style-type: none">1. relato, consideradas as segundas reestruturações promovidas pelo governo, sobre os órgãos, entidades, conselhos e comitês da estrutura administrativa da cultura, suas competências e a quais entes de nível ministerial se vinculam, em especial, sobre o Comitê Gestor do FSA;2. relato das providências adotadas pelo Ministério do Turismo e por suas instituições vinculadas, notadamente a Ancine, para a edição de novo ato normativo de nomeação de novos integrantes do Comitê Gestor do FSA e indicação clara de em qual órgão ou para qual a autoridade que as eventuais providências tomadas pelo Ministério e pela Ancine foram enviadas e qual a alegação ou providência que o órgão ou autoridade apresenta em relação a esta questão;3. em relação à diligência do TCU relativa ao FSA e à Nota Pública divulgada pela Ancine, relato pormenorizado do que aconteceu com os recursos do FSA para 2018, quais autoridades, colegiados e servidores participaram da autorização de “rendimentos ou remuneração das disponibilidades” relativos aos recursos do FSA de 2018, inclusive indicando quais dispositivos da LOA 2018 e da EC 95 de 2016 autorizaram tal utilização, e ainda a remessa de cópias dos pareceres, notas técnicas e demais manifestações das áreas técnicas a respeito dessa autorização, bem como as providências que estão sendo adotadas relativas à liberação de recursos do FSA relativos ao exercício de 2018, cancelamentos de editais, responsabilização dos agentes que deram causa à situação e outras medidas relacionadas ao encaminhamento de solução para o ocorrido com o FSA no exercício de 2018;4. indicação, pelo Ministério, do volume de recursos alocados no FSA em 2018, 2019 e 2020, bem como o montante já liberado para cada um desses exercícios, medidas adotadas pelo Ministério e estimativas de tempo para a liberação de recursos do FSA relativos aos três exercícios mencionados, discriminando, para cada exercício, as etapas administrativas necessárias para a liberação dos recursos e o estágio em que se encontram;5. Listagem das medidas propostas pelo Ministério e pela Ancine para sanar recursos do FSA pela Ancine, para projetos audiovisuais;6. Descrição das medidas propostas pelo Ministério para evitar o iminente colapso da indústria audiovisual brasileira, discriminando aquelas que forem para fazer frente à calamidade pública provocada pela pandemia de Covid-19 e aquelas que forem relacionadas ao funcionamento normal das instituições que gerem as políticas públicas para o setor audiovisual em nível federal.

Data da reunião: 07/07/2021

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
7	<p>RQS 1268/2020</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre a parceria da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) com a empresa norte-americana SIG SAUER.</p> <p>Autoria: Senador Jean Paul Prates</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	<p>Requerimento de informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre a parceria da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) com a empresa norte-americana SIG SAUER, Inc. As informações requisitadas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O objeto da parceria (se haverá transferência de tecnologia; se haverá custos para o Brasil; se a fabricação será nacional ou será uma mera importação de produtos; se haverá instalação de fábrica no Brasil; se haverá, em contrapartida, distribuição de produtos da IMBEL nos Estados Unidos etc.). • O histórico da parceria e em que estágio ela se encontra (por que razão e quando começaram as tratativas; se já foi assinado algum contrato ou quando será). • Detalhes de eventual participação do Deputado Eduardo Bolsonaro nas tratativas. • Se outras empresas de armas foram suscitadas para a parceria (por que motivo a parceria é somente com a SIG SAUER, Inc.). • Se o estímulo à aquisição de armas de fogo pela população integra política pública do Ministério da Defesa. <p>Busca esclarecer vários pontos sobre a parceria entre a IMBEL e a SIG SAUER, Inc.:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quais benefícios ela trará para o Brasil? • Haverá mais ônus, além do aumento do número de armas de fogo em circulação no País? • Como começou a parceria? • Qual foi a influência do Deputado Eduardo Bolsonaro, acusado de defender os interesses da empresa norte-americana, nessa parceria? • Por que a parceria é apenas (e exatamente) com a SIG SAUER? Não existem outras empresas habilitadas e interessadas? Alguma delas também foi sondada?
8	<p>RQS 1310/2020</p> <p>Ementa: Informações à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos sobre a exclusão do Relatório Anual do "Disque 100" de dados referentes à violência policial praticada em 2019.</p> <p>Autoria: Senador Humberto Costa</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	<p>Requerimento de informações à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos sobre a exclusão do Relatório Anual do "Disque 100" de dados referentes à violência policial praticada em 2019, especificamente:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. informações detalhadas sobre as causas da exclusão dos dados sobre violência policial do Balanço Anual do Disque 100 referente a 2019; 2. informações detalhadas sobre quais incoerências ou falhas que levaram ao adiamento da divulgação dos dados; 3. informações detalhadas sobre quais procedimentos estão sendo aplicados à correção dos dados; 4. informação sobre qual a data prevista para a apresentação dos dados; 5. o envio dos dados originais, sem as correções realizadas posteriormente.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
9	RQS 1499/2020 Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre o tratamento da asma e da doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Romário	Pela aprovação	Requerimento ao Ministro de Estado da Saúde de informações sobre o tratamento da asma e da doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O requerimento visa a obter esclarecimentos relativos aos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) da asma e da DPOC, suas atualizações, bem como sobre novas modalidades terapêuticas que poderão ser incorporadas ao SUS. Também são formuladas questões sobre o acesso dos pacientes à assistência médica especializada e a determinadas classes de medicamentos destinadas ao tratamento dessas doenças.
10	RQS 1567/2020 Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre a disponibilização de cateter hidrofílico aos pacientes do Sistema Único de Saúde(SUS). Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Romário	Na ementa e na pergunta 1 do texto do Requerimento nº 1.567, de 2020, corrija-se a redação da palavra cateter.	Requerimento ao Ministro de Estado da Saúde de informações sobre a disponibilização de cateter hidrofílico aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), especificamente se: 1. O cateter hidrofílico para cateterismo vesical intermitente em indivíduos com lesão medular e bexiga neurogênica já está previsto na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS? 2. O Ministério da Saúde elaborou algum cronograma para viabilizar a inclusão desse cateter na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS? 3. O referido cateter já está disponível aos pacientes do SUS com lesão medular e bexiga neurogênica em todo o País? O relator apresenta emenda de redação.
11	RQS 1708/2020 Ementa: Informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre o paradigma dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher na diplomacia do Itamaraty. Autoria: Senador Humberto Costa [tramitação] Não Terminativo	Senador Romário	Pela aprovação	Solicita informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre o paradigma dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher na diplomacia do Itamaraty. Precisamente, demanda: 1. literatura especializada que fundamenta, no plano teórico, a atual orientação do Itamaraty no que toca à percepção estritamente dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher; 2. documentos produzidos ou registrados no âmbito do Itamaraty, públicos ou de uso interno, que formalizem a posição do governo sobre direitos sexuais e reprodutivos em foros internacionais; 3. enumeração de ganhos comerciais ou diplomáticos decorrentes da posição adotada pelo governo sobre direitos sexuais e reprodutivos em foros internacionais.
12	RQS 1747/2020 Ementa: Informações ao Ministro de Estado das Comunicações acerca do Decreto nº 10.401, de 17 de junho de 2020, que altera o Regulamento do Serviço de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005. Autoria: Senador Jean Paul Prates [tramitação] Não Terminativo	Senador Romário	Pela aprovação	Requer ao Ministro de Estado das Comunicações informações acerca do Decreto nº 10.401, de 17 de junho de 2020, que altera o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005". O autor da iniciativa requisita, especificamente, a exposição de motivos que fundamentou a edição da norma, assim como o parecer jurídico e o parecer de mérito, além de pareceres e manifestações a que os documentos anteriores fazem remissão.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
13	<p>RQS 1748/2020</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre a documentação que originou o Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020, relativo à execução dos serviços de radiodifusão e o processo de licenciamento de estações de radiodifusão.</p> <p>Autoria: Senador Jean Paul Prates</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Romário	Pela aprovação	<p>Requisita ao Ministro de Estado das Comunicações que encaminhe ao Senado Federal a documentação a seguir relacionada, de que se originou o Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020, relativo à execução dos serviços de radiodifusão e ao processo de licenciamento de estações de radiodifusão:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. a exposição de motivos que fundamentou a edição da norma; 2. o parecer jurídico; 3. o parecer de mérito; 4. os pareceres e as manifestações a que fazem remissão os referidos documentos.
14	<p>RQS 1771/2020</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado de Justiça e Segurança Pública sobre a operação de radares nas rodovias federais.</p> <p>Autoria: Senador Humberto Costa</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Romário	Pela aprovação	<p>Requer informações do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, destinadas a prestar contas à sociedade sobre o cumprimento da decisão judicial que determinou retorno de fiscalização eletrônica de velocidade em vias públicas que fora suspensa por ato do Presidente da República. São requeridas as seguintes informações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. se foi cumprida integral e tempestivamente a decisão proferida no processo nº 1042643-24.2019.4.01.0000, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com os devidos documentos comprobatórios; 2. o número de radares fixos e móveis em efetiva operação pela Polícia Rodoviária Federal atualmente; 3. as estatísticas atuais e o históricas do número de mortes por acidente de trânsito nas rodovias federais; 4. o estudo de trechos críticos que embasa a implantação dos radares fixos.; e 5. detalhamento das políticas implementadas desde 2019 pelo governo para redução de acidentes e mortes nas estradas.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
15	<p>RQS 1824/2020</p> <p>Ementa: Informações à Ministra da Agricultura sobre as medidas fiscalizatórias e de prevenção e repressão à invasão de terra pública na Amazônia.</p> <p>Autoria: Senador Paulo Rocha</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Romário	Pela aprovação	<p>Requer à Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações sobre as medidas fiscalizatórias e de prevenção e repressão à invasão de terras públicas na Amazônia, especificamente sobre:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Qual a estrutura, incluindo órgãos e pessoal, que dispõe o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para fiscalizar a ocupação ilegal nas áreas rurais da Amazônia? 2. V. Ex^a considera essa estrutura adequada para fiscalizar e reprimir a ocupação ilegal nas áreas rurais da Amazônia? 3. Há estudos que indicam que o desmatamento ilegal na Floresta Amazônica tem por principal causa a grilagem de terras, sobretudo em áreas não ainda destinadas. Nesses casos, essas terras permaneceriam numa espécie de limbo no que concerne à indefinição sobre a alocação de seu uso, de maneira que ficaria difícil definir um gestor para responder pelas invasões de que se aproveitariam grileiros com o fito de desmatá-las e depois transmitirem onerosamente a sua posse, lucrando com a devastação florestal sem que, ao que tudo indica, o Poder Público tomasse as devidas providências ao seu alcance. V. Ex^a seria capaz de esclarecer qual a estratégia do MAPA para coibir esse tipo de prática? 4. Que medidas o MAPA vem tomando para estabelecer a destinação de áreas rurais na Amazônia e possibilitar o fim da grilagem de terras nessas áreas? 5. O Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, em audiência realizada no Senado Federal em julho de 2020, estimou uma quantidade aproximada de 1.500 grileiros e garimpeiros ilegais hoje dentro de terras tradicionalmente ocupadas por índios Yanomamis, e afirmou que o Governo estaria estudando uma operação para a retirada desses invasores das terras indígenas. Qual a participação do MAPA nessa operação? Qual a estratégia de retirada desses invasores? Há uma data prevista para o início e a conclusão dessa operação?
16	<p>RQS 1868/2020</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Educação sobre o orçamento das universidades para 2021.</p> <p>Autoria: Senador Jader Barbalho</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Romário	Pela aprovação.	<p>Requer ao Ministro de Estado da Educação informações sobre o possível corte de 18,2% na proposta orçamentária das universidades federais do País para o ano de 2021, nos seguintes termos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) acerca da veracidade da notícia de que o projeto de lei orçamentária anual (PLOA) da União para 2021 prevê corte no orçamento das universidades federais de todo o País; 2) sobre o eventual e efetivo percentual do corte reportado, e se será ele aplicado de forma linear para todas as universidades, ou se as atingirá de modo diferenciado, caso em que deverá ser acompanhado do impacto em cada uma; 3) sobre as razões que levaram o governo federal a implementar o aventado corte no orçamento do ano de 2021; 4) relativamente aos valores das dotações previstas no PLOA de 2021 para cada universidade federal do Pará; 5) a respeito de cortes orçamentários eventualmente programados para outras áreas da educação, arrolando-as com os respectivos cortes, se for o caso.

Data da reunião: 07/07/2021

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
17	RQS 1877/2020 Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações sobre conteúdo da carta assinada por Pesquisadores e Tecnologistas seniores do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais divulgada em 13 de julho passado. Autoria: Senador Jean Paul Prates [tramitação] Não Terminativo	Senador Irajá	Pela aprovação	<p>Requer ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações informações sobre o conteúdo da carta assinada por pesquisadores e tecnologistas seniores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), divulgada em 13 de julho de 2020.</p> <p>A mencionada carta denuncia a existência de uma estrutura paralela ao regimento interno do Instituto, oficiosa e velada, instituída pelo diretor interino da entidade. Essa estrutura paralela inclui verticalização e unificação de comando, nos moldes de estruturas militares e na contramão das tendências atuais de pesquisas em redes colaborativas com liberdade acadêmica e autonomia científica, e teria como finalidade, entre outras, proporcionar vantagem ao atual diretor interino no iminente processo de seleção para diretor efetivo do INPE.</p> <p>São solicitadas informações sobre: medidas administrativas e disciplinares adotadas após o conhecimento do conteúdo da carta; estrutura paralela ao regimento interno; critérios de avaliação dos planos de trabalho apresentados pelos postulantes ao cargo de diretor no processo de seleção; repercussões do conteúdo da carta no processo de seleção; documentos relativos à nova estrutura administrativa proposta; estudos, avaliações e análises sobre supostas vantagens do novo modelo de estrutura implementado ou em implementação.</p>
18	RQS 1966/2020 Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Economia sobre o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social – BNDES e a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. - EMBRAER. Autoria: Senador Paulo Paim [tramitação] Não Terminativo	Senador Irajá	Pela aprovação	<p>Requisita ao Ministro de Estado da Economia as seguintes informações:</p> <ol style="list-style-type: none"> Existência de operações de empréstimo ou financiamento tendo como partes o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a EMBRAER S.A ou suas subsidiárias no ano de 2020, informando: <ol style="list-style-type: none"> valor da(s) operação(ões); destinação dos recursos em cada operação(ões) condições para a concessão do empréstimo ou financiamento, tais como a manutenção do nível de empregos da empresa; Remessa de cópia de instrumento(s) contratual(ais) firmado(s) entre o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social – BNDES e a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. - EMBRAER ou suas subsidiárias, relativo(s) ao item 1.
19	RQS 2079/2020 Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública referentes à edição do Decreto nº 10.417, de 7 de julho de 2020, que institui o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, em substituição à Comissão Permanente de Defesa do Consumidor. Autoria: Senador Humberto Costa [tramitação] Não Terminativo	Senador Irajá	Pela aprovação	<p>Requer ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública informações referentes à edição do Decreto nº 10.417, de 7 de julho de 2020, que institui o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, em substituição à Comissão Permanente de Defesa do Consumidor.</p> <p>As seguintes informações foram solicitadas: (i) qual a razão para haver sido excluído do novo colegiado um representante indicado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO); (ii) qual o motivo para haver sido excluído um representante indicado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); e (iii) o porquê de haver sido excluído um representante indicado pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
20	<p>RQS 2113/2020</p> <p>Ementa: Informações à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos sobre o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra – Juventude Viva.</p> <p>Autoria: Senador Rogério Carvalho</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Irajá	Pela aprovação	<p>Requerimento das seguintes informações à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sobre o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra – Juventude Viva:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Relato detalhado das ações do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a cada mês, desde janeiro de 2019, em favor do Plano Juventude Viva;2. Informações sobre o funcionamento do Comitê Gestor Federal Juventude Viva, incluindo calendário histórico de suas reuniões, desde sua primeira formação, e comparecimento a elas de seus membros;3. Relação de quantos e quais são os municípios atualmente tidos como prioritários no combate à morte de jovens negros, e quais deles aderiram ao Plano Juventude Viva;4. Diagnóstico atual quanto à consecução, ainda que parcial, da meta central do Plano, traçada em 2017, de reduzir em 15% o número de homicídios contra jovens negros e negras em 4 anos;5. Eventual confirmação sobre o Plano Juventude encontrar-se ainda em sua 3ª Etapa, criada em 2017, ou sobre se encontrar sob novo status;6. Quadro de ações do Plano Juventude Viva, segundo a atual composição de ministérios do governo federal;7. Enumeração dos atuais eixos que compõem o Plano Juventude Viva e descrição das ações afins a cada um deles;8. Resultado de eventual avaliação de política pública, feita em relação ao Plano Juventude Viva, desde setembro de 2016, bem como descrição de como se dá seu monitoramento;9. Eventual confirmação sobre o Plano Juventude Viva ainda se mostrar vinculado ao Protocolo de Intenções para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência, de 2013.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
21	<p>RQS 2114/2020</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro da Saúde sobre a execução da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) prevista na Lei nº 12.288, de 20 de julho 2010 - Estatuto da Igualdade Racial.</p> <p>Autoria: Senador Rogério Carvalho</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Irajá	Pela aprovação	<p>Requerimento das seguintes informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre a execução da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) prevista na Lei nº 12.288, de 20 de julho 2010 - Estatuto da Igualdade Racial:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.Segundo o Plano Nacional de Saúde 2020-2023, as diretrizes do Conselho Nacional de Saúde incorporadas abordam a questão das populações de maior vulnerabilidade social, entre elas a população negra. Sendo assim, qual estrutura do Ministério da Saúde possui a atribuição de executar e acompanhar políticas de saúde voltadas para a população negra? Essa atribuição está oficializada nas competências de qual estrutura ministerial? 2.Quais as motivações técnicas e jurídicas para a exclusão da publicidade do relatório da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)? 3.Onde essas informações são divulgadas para acompanhamento da sociedade e controle pelos órgãos competentes? 4.Qual a situação atual de saúde da população negra e seus determinantes sociais? 5.Quais os atuais indicadores de morbimortalidade por: hipertensão arterial, diabetes mellitus, doença falciforme, HIV/aids, tuberculose, hanseníase, câncer e demais doenças da população negra? Quais são os instrumentos de coleta dessas informações? 6.Quais os instrumentos de coleta de informação dos sistemas de informação do SUS e as demandas específicas da população negra nos processos de regulação de saúde do sistema suplementar? 7.Qual a diferença de raça e cor para o risco de morte, considerando as taxas padronizadas de mortalidade no ano de 2020, tendo como base a população branca? Apresentar a série histórica desde 2017. 8.Qual a Taxa padronizada de mortalidade por homicídio em pessoas brancas e negras no Brasil, de 2017 a 2019 e risco relativo negra/branca? 9.Quais as ações e programas para identificação de práticas discriminatórias, de mecanismos e estratégias de não discriminação, combate e prevenção do racismo no SUS? Encaminhar cópia dos programas e relatórios sobre execução e avaliação dos programas. 10.Há gastos de publicidade no MS que abordem a questão do racismo estrutural nas dependências do SUS? 11.Quais as ações técnicas e financeiras tomadas pelo Ministério da Saúde para sensibilizar gestores estaduais e municipais do SUS a implementar Política Nacional de Saúde Integral da População Negra em suas localidades? Encaminhar cópia dos materiais produzidos com essa finalidade, bem como relatórios sobre a adesão de Estados e Municípios às ações coordenadas pelo Governo Federal. 12.O que o Ministério da Saúde tem feito para promover a inclusão dos temas racismo e saúde da população negra nos processos de formação e educação dos trabalhadores da saúde? 13.Quais as medidas adotadas para adequação da PNSIPN diante da pandemia de covid-19? 14.Apresentar informações detalhadas sobre execução orçamentária da PNSIPN no ano corrente - orçamento, empenho, liquidação e pagamentos efetuados. 15.Informações sobre execução orçamentária da PNSIPN - orçamento, liquidação, empenho e pagamentos efetuados - com série histórica desde o lançamento da política.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
22	<p>RQS 2131/2020</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado de Meio Ambiente sobre execução orçamentária do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.</p> <p>Autoria: Senador Jaques Wagner</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Irajá	Pela aprovação	<p>Requerimento das seguintes informações ao Ministro de Estado de Meio Ambiente sobre execução orçamentária do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Qual a explicação sobre o gasto, entre 1º de janeiro e 31 de julho, de apenas 20,6% dos R\$ 66 milhões autorizados para ações de fiscalização ambiental no país em 2020, o que representa a execução orçamentária mais baixa, para o período, dos últimos anos?2. Qual a razão para o Ibama ter lavrado, no período de 1º de janeiro e 31 de julho de 2020, apenas 3.421 autos de infração ambiental, número esse que corresponde à redução de 52,1% das autuações realizadas no mesmo período em 2019?3. Considerando os últimos dados apresentados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) sobre o expressivo aumento nos alertas de desmatamento e dos focos de incêndio na Amazônia Legal e no bioma Pantanal, que repercutiram nacional e internacionalmente, informar os fundamentos do corte de recursos para as ações de fiscalização ambiental previstos para o orçamento de 2021, cujo valor é de R\$ 64 milhões (16,7 % inferiores ao orçamento proposto para o ano de 2020).4. Apresentar a fundamentação técnica e legal e os ganhos ambientais decorrentes da decisão de se realizar o gasto médio de R\$ 60 milhões mensais com a operação das Forças Armadas (GLO) para o combate ao desmatamento quando, na Lei Orçamentaria de 2020, o Ibama tem autorizados R\$ 76.833.128,00 para a ação da fiscalização ambiental para todo o Brasil.5. Diante do recebimento, pelo Ibama, de R\$ 50 milhões recuperados pela Operação Lava Jato, que não estavam previstos inicialmente no orçamento para 2020, informar qual foi a alocação de tal recurso e se houve sua efetiva utilização.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
23	<p>RQS 2223/2020</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre o Programa Nacional de Controle da Malária e as ações de prevenção da doença.</p> <p>Autoria: Senador Paulo Rocha</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Irajá	Pela aprovação	<p>Requerimento das seguintes informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre o Programa Nacional de Controle da Malária e as ações de prevenção da doença:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Há desabastecimento de medicamentos no âmbito do Programa Nacional de Controle da Malária (PNCM)? Em caso afirmativo, informar o medicamento que está em falta e quais as regiões afetadas. 2. A tafenoquina está disponível para o tratamento da malária no Sistema Único de Saúde (SUS)? Em caso negativo, há perspectivas de ser incorporada? 3. Há desabastecimento de insumos necessários para o diagnóstico laboratorial da malária ou insuficiência de serviços de apoio diagnóstico no âmbito do PNCM? Em caso afirmativo, informar o insumo, o método diagnóstico e o serviço de apoio diagnóstico em falta e as regiões afetadas pelo problema. 4. Há registros de surtos de malária, em alguma região do Brasil, no ano de 2020? Em caso afirmativo, informar as regiões afetadas e as medidas de contenção. 5. Reportagem publicada no Portal UOL assinala que, entre 2014 e 2019, no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami, houve um aumento de 473% do número de casos de malária. Além disso, informa-se que a Incidência Parasitária Anual (IPA) de malária nessa região é bastante superior à média nacional. Quais são as causas do aumento de casos e da elevada IPA? Que medidas estão sendo tomadas para o controle da doença no território Yanomami? Há algum problema assistencial, de falta de medicamentos, de insumos ou de equipamentos médicos, no âmbito da PNCM, nessa região? Em caso afirmativo, especificar quais são os problemas. 6. Segundo a referida reportagem, um carregamento de cloroquina para a Dsei Yanomami não foi acompanhado pelo abastecimento de primaquina, droga utilizada em associação à cloroquina no tratamento da malária causada por Plasmodium Vivax ou Plasmodium ovale. Há desabastecimento de primaquina nesse ou em algum outro Dsei? A população do Dsei Yanomami tem acesso ao tratamento da malária com tafenoquina? 7. Qual é a incidência, a prevalência, a taxa de mortalidade e a IPA da malária em cada Dsei? 8. Nos Dseis, como são articulados as ações e os serviços do PNCM, no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do Sistema Único de Saúde? 9. Que ações estão sendo desenvolvidas para controle do mosquito transmissor, especialmente em áreas indígenas, quilombos, assentamentos, garimpos e regiões de fronteira? 10. Qual é a situação atual do sistema de vigilância entomoepidemiológica da malária? Que ações estão sendo desenvolvidas para o aprimoramento desse sistema e para a notificação imediata de casos, de forma online?

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
24	<p>RQS 2230/2020</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre providências tomadas pelos órgãos ambientais no “Dia do Fogo”.</p> <p>Autoria: Senador Jaques Wagner</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Irajá	Pela aprovação	<p>Requerimento das seguintes informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre providências tomadas pelos órgãos ambientais no “Dia do Fogo”:</p> <p>1. Quais foram as providências tomadas pelo Ibama diante da comunicação recebida pelo Ministério Público Federal no Pará (MPF-PA) que alertava que produtores rurais planejavam queimadas na região de Novo Progresso-PA em 10 de agosto de 2019? O Senador pede o encaminhamento de documentação que mostre que os órgãos subordinados ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) tomaram todas as providências cabíveis e necessárias para prevenir a tragédia observada.</p> <p>2. Em resposta ao MPF-PA, o Ibama informou que encaminhou uma viatura adicional para fortalecer a brigada do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) no município de Itaituba-PA, localizado a cerca de 400km de Novo Progresso, onde o MPF-PA apontou o risco de protestos sob a forma de queimadas. O senador solicita a documentação que justificou essa decisão, em detrimento do reforço das ações do órgão em Novo Progresso, que era o foco da manifestação apontada pelo MPF.</p> <p>3. Estudos conduzidos por organizações não governamentais apontam que cerca de 40% das propriedades onde ocorreram queimadas no “dia do fogo” registraram queimadas em áreas de floresta e que metade dos incêndios naquele dia ocorreram dentro de propriedades inscritas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), onde é possível identificar o seu proprietário e, assim, aplicar uma punição. O Senador pergunta se os Esses dados são corretos. Caso contrário, pede a informação dos números corretos e encaminhar a documentação que dá sustentação a esses dados.</p> <p>4. A mesma análise aponta que apenas 5,7% dos proprietários dessas áreas onde ocorreram queimadas foram autuados. Esse dado é verdadeiro? Se não, informar os números corretos e encaminhar a documentação que dá sustentação a esses dados. Qual a razão de número tão baixo de autuações, considerando-se que a maior parte dos proprietários das áreas onde houve queimada pode ser identificada?</p> <p>5. Quais as providências tomadas pelo Ibama após o “dia do fogo” visando punir os responsáveis – passíveis de identificação– pelas queimadas naquele dia, e no sentido de prevenir o recrudescimento dos focos de queimadas naquela região? Quais os resultados obtidos por essas providências?</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
25	<p>RQS 2422/2020</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre a atuação da Pasta frente aos resultados reportados pelo estudo "Health Impacts of Deforestation-Related Fires in the Brazilian Amazon", que evidenciou associação entre a intensificação dos incêndios florestais na Amazônia, em 2019, e a ocorrência de doenças respiratórias nas populações locais.</p> <p>Autoria: Senador Humberto Costa</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação.	<p>Requerimento de informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre a atuação da Pasta frente aos resultados reportados pelo estudo "Health Impacts of Deforestation-Related Fires in the Brazilian Amazon", que evidenciou associação entre a intensificação dos incêndios florestais na Amazônia, em 2019, e a ocorrência de doenças respiratórias nas populações locais. São requeridas as seguintes informações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O Ministério da Saúde tem acompanhado os impactos sobre a saúde decorrentes da poluição do ar relacionada aos incêndios florestais e à deflorestação ocorridos na Amazônia e no Pantanal? 2. Quais são as estatísticas oficiais da Pasta sobre morbidade e mortalidade decorrentes de problemas respiratórios associados à poluição do ar relacionada à deflorestação e às queimadas ocorridas nas diversas regiões do País, como as que têm atingido a Amazônia e o Pantanal? Quais são os principais grupos etários e sociais atingidos? Há dados específicos sobre esses problemas de saúde nas populações indígenas? 3. Como o Ministério da Saúde avalia as eventuais consequências para a saúde – em termos de morbidade e de mortalidade, bem como de acesso e capacidade dos serviços de saúde – decorrentes da poluição causada por queimadas? 4. A pasta tem realizado acompanhamento de agravamento da pandemia de covid-19 na população da Região Amazônica e do pantanal relacionados aos agravamentos de saúde causados pelas queimadas e desmatamento? Quais são as orientações do Ministério da Saúde para o enfrentamento dessa situação? 5. Qual é o impacto orçamentário e financeiro para o Ministério da Saúde, os estados, o Distrito Federal e os municípios das ações de saúde voltadas para o tratamento ambulatorial e hospitalar dos pacientes com doenças respiratórias causadas por poluição do ar relacionada ao desmatamento e às queimadas? 6. O Ministério da Saúde avaliou os resultados do estudo "Health Impacts of Deforestation-Related Fires in the Brazilian Amazon" – baseado no relatório conjunto do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), do Instituto de Pesquisa Ambiental para a Amazônia (IPAM) e da Human Rights Watch –, que evidenciaram associação entre a intensificação dos incêndios florestais na Amazônia, em 2019, com o aumento das internações hospitalares por doenças respiratórias? Qual a conclusão da pasta sobre as evidências apontadas pelo estudo e como tem subsidiado na elaboração das políticas públicas para o enfrentamento do agravamento das doenças respiratórias por essas populações? 7. Considerando os resultados do estudo citado, quais medidas o Ministério da Saúde está adotando para responder às necessidades de saúde das populações atingidas pelos problemas do desmatamento e dos incêndios florestais na Amazônia? Há alguma atuação conjunta com o Ministério do Meio Ambiente e outros órgãos públicos no sentido de prevenir essas ocorrências? 8. Como o Ministério da Saúde vem apoiando os entes subnacionais no enfrentamento desse risco à saúde provocado pelas queimadas nas regiões citadas? Detalhar auxílio técnico e financeiro.

Data da reunião: 07/07/2021

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
26	RQS 2426/2020 Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Economia sobre a revisão da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação	Solicita informações ao Ministro de Estado da Economia, sobre a revisão da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO. São formuladas as seguintes perguntas: a) Quais as diretrizes, os referenciais teóricos e as experiências internacionais que vêm sendo utilizados como o fim de promover a citada revisão? b) Quais as metas e os objetivos que se pretende alcançar com a aludida revisão? c) Quais as categorias e os atores públicos e privados que estão participando do mencionado processo de revisão ou sendo questionados a fim de instruir a dita atualização? d) Quais medidas vêm sendo adotadas com o fim de preservar a aplicação da aprendizagem profissional a todas as ocupações brasileiras?; e e) Qual tem sido a participação da Secretaria do Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos nesse processo de revisão?
27	RQS 2455/2020 Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União sobre os documentos elaborados pelo Exército que tratam do rastreamento de produtos controlados. Autoria: Senador Jaques Wagner [tramitação] Não Terminativo	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação	Solicita informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, sobre os documentos elaborados pelo Exército que tratam do rastreamento de produtos controlados. Nomeadamente, o autor solicita que sejam prestadas informações sobre os documentos elaborados pelo Exército para embasar as Portarias números 46, 60 e 61, de 2020, do Comando Logístico do Exército, que tratam do rastreamento de produtos controlados pelo Exército; dos dispositivos de segurança, identificação e marcação de armas de fogo; e da marcação de embalagens e cartuchos de munição. Nesses termos, requisita-se a remessa dos estudos, pareceres e notas produzidos pelo Exército para fundamentar a edição das Portarias nos 46, 60 e 61, de 2020, do Comando Logístico do Exército.
28	RQS 2476/2020 Ementa: Informações a Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a Nota técnica nº 42/2020/DAEP/SPA/MAPA, que trata do “Guia Alimentar para a População Brasileira” do Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, 2ª edição de 2014. Autoria: Senador Humberto Costa [tramitação] Não Terminativo	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação	Requer as seguintes informações, a serem prestadas pela senhora Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre a Nota técnica nº 42/2020/DAEP/SPA/MAPA, que trata do “Guia Alimentar para a População Brasileira” do Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, 2ª edição de 2014: 1. Cópia dos processos 21000.090207/2019-56 e 21000.019332/2020-90; 2. Cópia do Despacho 1101 (10808896) sobre o Ofício 569/2020/ GABGM/MAPA (10758721) e o Ofício nº 600/2020/GAB-GM/MAPA (10819128); 3. Cópia dos estudos técnicos que embasaram a elaboração da nota técnica; 4. Houve reunião prévia ou consulta à sociedade civil ou agentes do mercado para elaborar a nota? Se sim, solicita-se cópia da lista de participantes e das atas de reuniões; 5. Houve alguma consulta pública que embasasse a elaboração do material que subsidiou a nota técnica? Se sim, solicita-se cópia das contribuições recebidas; 6. Houve articulação com outros órgãos do governo (MS, ANVISA, EMBRAPA etc.) antecedendo o encaminhamento da nota? Se sim, solicita-se cópia de atas de reuniões; 7. Cópia das atas das reuniões que subsidiaram a decisão de encaminhamento da nota ao Ministério da Saúde.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
29	<p>RQS 2534/2020</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre a Operação Verde Brasil 2 de Garantia da Lei e da Ordem para o combate ao desmatamento ilegal e aos focos de incêndio na Amazônia Legal.</p> <p>Autoria: Senador Paulo Rocha</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação	<p>Solicita as seguintes informações ao Ministro de Estado da Defesa:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Avaliação das ações da Operação Verde Brasil 2, considerando sua eficácia no que respeita à evolução da área desmatada, do número de focos de fogo e da área queimada na Amazônia Legal durante o período de desenvolvimento da operação, comparativamente ao mesmo período de 2019 e de 2018 e ao compromisso estabelecido no inciso I do § 1º do art. 19 do Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018;2. O planejamento para novas ações no âmbito da Operação Verde Brasil 2;3. Descrição do efetivo empregado na operação, com número de militares mobilizados por período e por unidade militar de lotação;4. Valor total em reais aplicado na Operação Verde Brasil 2;5. Valores destinados à Operação Verde Brasil 2 aplicados na estrutura física do 47º Batalhão de Infantaria de Coxim e descrição dos bens e serviços contratados com a utilização desses valores;6. Valores destinados à Operação Verde Brasil 2 aplicados na estrutura física do 44º Batalhão de Infantaria Motorizado de Cuiabá e descrição dos bens e serviços contratados com a utilização desses valores;7. Valores destinados à Operação Verde Brasil 2 aplicados na estrutura física do Centro de Intendência da Marinha em Ladário e descrição dos bens e serviços contratados com a utilização desses valores;8. Valores destinados à Operação Verde Brasil 2 aplicados no Centro de Intendência da Marinha em Manaus e descrição dos bens e serviços contratados com a utilização desses valores;9. Valores destinados à Operação Verde Brasil 2 aplicados no Centro de Inteligência do Exército e descrição dos bens e serviços contratados com a utilização desses valores;10. Valores destinados à Operação Verde Brasil 2 aplicados na manutenção de aeronaves e descrição dos bens e serviços contratados com a utilização desses valores, especialmente aqueles que envolveram o Centro de Aquisições Específicas do Comando da Aeronáutica e a Comissão do Exército Brasileiro em Washington;11. Valores destinados à Operação Verde Brasil 2 aplicados na compra de combustíveis pelo Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro e descrição dos produtos e quantidades adquiridos com a utilização desses valores;12. Valores destinados à Operação Verde Brasil 2 aplicados em contratações pela Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa e descrição dos bens e serviços contratados com a utilização desses valores;13. Explicação acerca da relação das despesas relativas aos itens 5 a 12 acima requeridos com o combate ao desmatamento e aos incêndios florestais na Amazônia, e da adequação dessas despesas aos objetivos da Operação Verde Brasil 2;14. Valores destinados à operação Verde Brasil 2 aplicados em despesas não relacionadas diretamente a ações operacionais no território da Amazônia Legal, além daquelas mencionadas nos itens 5 a 12 acima requeridos, e descrição detalhada dessas despesas;15. Critérios de escolha das áreas a serem fiscalizadas na operação, estrutura decisória para a seleção das áreas fiscalizadas e forma de participação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes) nas decisões operacionais.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
30	<p>RQS 2584/2020</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil sobre utilização dos instrumentos de compra de títulos públicos no mercado secundário autorizados pela EC 106/2020.</p> <p>Autoria: Senador Jaques Wagner</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Elmano Férrer	<p>Apresentado pelo Relator, Senador Elmano Férrer, relatório pela aprovação parcial considerando cabíveis os quesitos nºs 1 e 3, e restando inadmitidos os quesitos nºs 2, 4, 5 e 6.</p>	<p>Requerimento ao Ministro de Estado Presidente do Banco Central das seguintes informações:</p> <p>1) Qual é o prêmio pago por títulos longos (ou taxas do swap PRE-DI) atualmente em comparação com o verificado nas seguintes datas: final de 2016, de 2017, de 2018 e 2019?</p> <p>2) Há alguma ação do Banco Central com vistas a reduzir o prêmio de risco das faixas intermediária e longa da curva de juros dos títulos da dívida pública brasileira?</p> <p>3) Como se deu a evolução das condições dos leilões de operações compromissadas nos últimos três meses (especialmente, montantes, prazos e taxas)?</p> <p>4) Levando-se em conta a experiência internacional, o Banco Central dispõe de algum estudo ou nota técnica que conteste a efetividade de políticas de compra de títulos no mercado secundário com vistas a "desinclinat" a curva de juros dos títulos da dívida pública, inclusive, apontando as razões pelas quais ele se aplicaria à realidade brasileira?</p> <p>5) Quais parâmetros objetivos o Banco Central utiliza para justificar a não utilização do instrumento autorizado pelo inciso I do art. 7º da EC 106/2020, num contexto de inclinação da curva de juros dos títulos da dívida pública?</p> <p>6) O Banco Central dispõe de alguma análise objetiva de custo e benefício sobre a utilização de leilões de swap pré-DI ou do instrumento autorizado pelo inciso I do art. 7º da EC 106/2020 em relação à opção de não intervir ou a outras medidas de contenção do prêmio de risco das faixas intermediária e longa da curva de juros dos títulos da dívida pública brasileira?</p> <p>O relator entende que os itens 2, 4, 5 e 6 incidem na vedação constante do inciso II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que dispõe que os pedidos de informação "não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija". Assim, propõe a aprovação parcial do requerimento, apenas quanto aos demais itens do requerimento de informações.</p>
31	<p>RQS 2593/2020</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional sobre a execução orçamentária das operações realizadas com carros-pipa no Norte/Nordeste, bem como esclarecimentos sobre a alteração da metodologia de pagamento da citada operação.</p> <p>Autoria: Senador Jaques Wagner</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação	<p>Requer ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional informações sobre a execução orçamentária das operações realizadas com carros-pipa (pipeiros) no Norte/Nordeste, a redução desta operação no semiárido brasileiro, em especial na Bahia, bem como esclarecimentos sobre a alteração da metodologia de pagamento da citada operação.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
32	<p>RQS 3/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre a destinação de recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) para o projeto Lixão Zero.</p> <p>Autoria: Senador Jaques Wagner</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	<p>Solicita as seguintes informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Informação sobre a ocorrência de chamada pública para a seleção do projeto e, se houve a chamada, documentos a ela relativos, como edital e registros de avaliações e decisões;2. Notas técnicas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que fundamentaram a aprovação do projeto Lixão Zero quando de sua apresentação pelo Governo do Estado de Rondônia e também após a troca de proponente;3. Estudos de viabilidade técnica e econômica do projeto Lixão Zero;4. Estudos sobre impacto da execução do projeto nas emissões de gases de efeito estufa (GEE);5. Pauta e ata da reunião do Conselho Deliberativo do FNMA ocorrida em 15 de julho de 2020 e comprovação de sua publicização;6. Cópia integral do projeto Lixão Zero e dos documentos relativos à sua análise e aprovação no âmbito do MMA, do Conselho Deliberativo do FNMA e do Comitê Gestor do Fundo Clima, bem como a comprovação da publicização desses documentos;7. Motivo pelo qual foram destinados recursos do Fundo Clima ao projeto Lixão Zero, uma vez que seu plano de alocação original previa recursos da União oriundos apenas do FNMA;8. O MMA tinha conhecimento acerca das pendências fiscais do Estado de Rondônia impeditivas ao recebimento de recursos não reembolsáveis do Fundo Clima que levaram à substituição do proponente? Em caso positivo, por que essa restrição não foi informada aos membros do Comitê Gestor do Fundo Clima na reunião ocorrida em 22 de outubro de 2020, ocasião em que o projeto foi aprovado pelo Comitê?9. Por que foram empenhados R\$ 8,9 milhões de reais em 2020 para o projeto Lixão Zero se o plano de trabalho prevê desembolso de apenas R\$ 400 mil reais no mencionado ano?10. Por que os pareceres do MMA relativos ao projeto Lixão Zero não estão assinados por analistas ambientais de carreira como ocorre normalmente na análise de projetos?11. Por que foram emitidas notas de empenho em 15 de dezembro de 2020 em favor do Cimcero se a reunião do Comitê Gestor do Fundo Clima que aprovou a substituição de proponente ocorreu apenas em 22 de dezembro?12. Apresentar comprovante da aprovação da substituição do proponente pelo Conselho Deliberativo do FNMA;13. Análise da capacidade técnica e econômica do Cimcero no que concerne à execução do projeto Lixão Zero; e,14. Explicar os critérios de priorização de projetos contemplados com recursos não reembolsáveis do Fundo Clima, especificamente quanto à contribuição na redução de emissões de GEE. Por que, por exemplo, todos os recursos não reembolsáveis de 2020 foram direcionados a um projeto da área de resíduos sólidos se o desmatamento, a agropecuária e o setor energético são responsáveis por volumes de emissões muito maiores do que os do setor de resíduos?

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
33	RQS 157/2021 Ementa: Informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional sobre a demolição dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida de Barra do Garças(MT). Autoria: Senador Wellington Fagundes [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	Requer que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional as seguintes informações sobre a demolição de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Barra do Garças (MT): 1. execução do Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Barra do Garças; 2. recursos originalmente alocados; 3. causas da paralisação; 4. providências adotadas para sanar o problema e identificar os responsáveis; e, 5. providências adotadas para que situações análogas não se repitam no futuro.
34	RQS 384/2021 Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Economia sobre a adesão do País ao Acordo sobre Contratações Governamentais da OMC. Autoria: Senador Jean Paul Prates [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	O Requerimento busca informações junto ao Ministro de Estado da Economia sobre estudos e análises feitos com a finalidade de fundamentar a decisão do Brasil de propor à Organização Mundial do Comércio (OMC) sua adesão ao Acordo sobre Contratações Governamentais. Para tal, requer sejam informadas quais as consequências e os benefícios esperados da adesão do País ao Acordo sobre Contratações Governamentais da OMC, bem como sejam remetidos documentos técnicos que subsidiaram a decisão de aderir, como estudos, projeções, notas informativas e pareceres.
35	RQS 655/2021 Ementa: Informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre a forma como vêm sendo conduzidas audiências públicas virtuais durante a pandemia em processos de licenciamento ambiental. Autoria: Senador Jaques Wagner [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	Solicita informações do Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre a forma como vêm sendo conduzidas audiências públicas virtuais durante a pandemia em processos de licenciamento ambiental. Para tal, encaminha os seguintes questionamentos: 1- Quais audiências públicas virtuais foram realizadas e quais licenças ambientais foram concedidas na forma da Resolução Conama nº 494, de 2020; 2- Qual o grau de participação das populações afetadas e que meios tecnológicos têm sido fornecidos para viabilizar a participação de populações tradicionais e indígenas nesse novo formato de audiência; e, 3- Quantas e quais ações foram ajuizadas pelo Ministério Público para contestar a legitimidade de audiências públicas virtuais, especialmente no caso de populações indígenas e tradicionais.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
36	<p>RQS 785/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente informações sobre as ações de controle e fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), tendo em vista a previsão orçamentária do órgão para este ano e o vulto das ações estratégicas para o cumprimento dos compromissos ambientais assumidos pelo País.</p> <p>Autoria: Senador Jaques Wagner</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	<p>Solicita ao Ministro de Estado do Meio Ambiente informações sobre as ações de controle e fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), tendo em vista a previsão orçamentária do órgão para este ano e o vulto das ações estratégicas para o cumprimento dos compromissos ambientais assumidos pelo País. Para tal, encaminha os seguintes questionamentos:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Qual é o prazo médio para a conclusão dos procedimentos administrativos decorrentes de autos de infração aplicados pelo Ibama? Esse prazo é maior ou menor que o de gestões anteriores ao de Vossa Senhoria no comando do Ministério do Meio Ambiente?2. Desde que Vossa Senhoria assumiu a liderança da pasta ambiental, qual tem sido a proporção entre os autos de infração emitidos pelo Ibama e os que foram definitivamente julgados?3. Do montante cobrado pelas multas aplicadas pelo Ibama em sua gestão, quantos reais foram efetivamente recolhidos aos cofres públicos? A que fatores o Ministro atribui a discrepância entre o valor cobrado e o montante efetivamente recolhido?4. Considerando os patamares decrescentes de alocação de recursos orçamentários à pasta ambiental e a reduzida efetividade dos mecanismos de cobrança das multas ambientais, somados a fatores como pandemia, tendência de aumento do desmatamento e redução do contingente das Forças Armadas na Amazônia Legal, que nível de efetividade Vossa Senhoria vislumbra para a atuação da pasta ambiental, em particular do Ibama, a respeito das ações de controle e fiscalização ambiental para o ano de 2021?5. Que ações e estratégias serão prioritárias neste ano em sua gestão, considerando esses fatores constritores internos e um tendente alinhamento externo que sinaliza a exigência do cumprimento de compromissos ambientais pelo País até então não alcançados?

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
37	<p>RQS 786/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre a saída das Forças Armadas das ações de fiscalização ambiental na Amazônia.</p> <p>Autoria: Senador Jaques Wagner</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	<p>Solicita informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre a saída das Forças Armadas das ações de fiscalização ambiental na Amazônia. Para tal, encaminha os seguintes questionamentos:</p> <p>1. Informar sobre a motivação da saída das Forças Armadas nas ações de fiscalização ambiental na Amazônia Legal e o planejamento realizado para esta tomada de decisão. Encaminhar documentos como atas de reuniões e estudos que tenham embasado a decisão de saída das Forças Armadas nessas ações de fiscalização ambiental.</p> <p>2. Houve por parte das Forças Armadas, planejamento em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente a respeito das ações futuras de gestão ambiental na região da Amazônia Legal após a sua efetiva saída? Há conhecimento do contingente e do orçamento necessário para cobrir as ações que vinham sendo desempenhadas até então pelas Forças Armadas? Sob responsabilidade de qual órgão ficarão as ações de comando e controle desempenhadas até então pelas Forças Armadas na região?</p> <p>3. Segundo o Ofício nº 2814/GM-MD, em resposta ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 1622, de 21 de dezembro de 2020, que versa sobre o Requerimento de Informação nº 1644/2020, de autoria do Deputado Aírton Faleiro, o valor total aplicado na Operação Verde Brasil 2 foi de R\$370.726.524,73, de 11 de maio de 2020 até 6 de janeiro de 2021. Essa alta soma de gastos dos militares com a proteção da Amazônia mostra cifras muito superiores aos valores alocados aos órgãos governamentais encarregados do monitoramento e da proteção da floresta. Houve alguma análise de custo-benefício quanto à conveniência e oportunidade desses gastos? Houve alguma análise que mostrasse qual seria a capacidade de resposta dos órgãos ambientais caso os valores alocados às Forças Armadas fossem destinados ao fortalecimento institucional e orçamentário desses órgãos? Encaminha a respectiva documentação, caso houver.</p> <p>4. Nesse mesmo Ofício nº 2814/GM-MD, constata-se que a Força Aérea Brasileira (FAB) informou que as Unidades de Comando-Geral de Apoio (COMGAP) receberam o valor de R\$ 95.407,864,38 (noventa e cinco milhões quatrocentos e sete mil oitocentos e sessenta e quatro reais e trinta e oito centavos), que foram distribuídos para a Comissão Brasileira Aeronáutica na Europa (CABE) e para o Centro de Aquisições Específicas (CAE). A aplicação destes recursos está embasada no envolvimento direto das Aeronaves da Força Aérea Brasileira na Operação Verde Brasil 2? Com a saída das Forças Armadas das ações de fiscalização ambiental, esses recursos já distribuídos, utilizados sobretudo para a realização de manutenções corretivas e preventivas das aeronaves envolvidas na Operação, terão sua destinação a novas ações de fiscalização ambiental?</p> <p>5. Atualmente, como se dá o alinhamento e harmonização de ações entre os diversos órgãos responsáveis pelas ações de fiscalização ambiental na Amazônia Legal? A quem compete a responsabilidade pela coordenação das ações de combate ao desmatamento na Amazônia? Qual o papel das Forças Armadas nessa coordenação e nas ações de inteligência?</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
38	<p>RQS 832/2021</p> <p>Ementa: Informações à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento relativas à execução da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).</p> <p>Autoria: Senador Paulo Rocha</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	<p>Solicita à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) o encaminhamento de informações relativas à execução da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nos seguintes termos:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Planejamento estratégico do Incra, abrangendo, pelo menos, o período de vigência do atual Plano Plurianual (Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019), contendo metas físicas e financeiras para todas as ações finalísticas do Órgão, bem como a avaliação dos resultados verificados até o momento;2. Levantamento da demanda por terras por trabalhadores rurais potencialmente beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), bem como identificação de áreas de conflito fundiário no País e de interesse prioritário para a reforma agrária;3. Última versão do Plano Nacional de Reforma Agrária;4. Última versão dos Planos Regionais de Reforma Agrária, a cargo das superintendências regionais do Incra;5. Medidas que têm sido adotadas para que a supervisão ocupacional dos projetos de assentamento sob responsabilidade do Incra possa ser realizada a contento;6. Levantamento dos casos em que a União realizou depósito para desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária e cuja imissão na posse ainda não foi obtida, detalhando, ao menos: número do processo judicial e respectiva vara; identificação, área total e município de localização do imóvel; valores depositados a título de indenização pela terra nua (TDA) e por benfeitorias úteis e necessárias; motivo alegado para o indeferimento da imissão na posse; estágio atual do processo; e medidas adotadas pelo Incra para o saneamento da situação.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
39	<p>RQS 846/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Educação sobre a síndrome de Irlen e sua possível interferência no aprendizado.</p> <p>Autoria: Senador Izalci Lucas</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação com emendas, com adequações ao texto, garantida a conformidade da proposição com os requisitos de admissibilidade constitucionais e regimentais.	<p>Requer que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Educação informações sobre a síndrome de Irlen ou síndrome da sensibilidade escotópica, especialmente sobre o impacto desse transtorno visual no aprendizado. Nesse sentido, são solicitadas do MEC as seguintes informações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Se a Pasta tem registros ou dados estatísticos e informações referentes à síndrome de Irlen no país, especialmente na educação básica; 2. Se existem ações do MEC e do Ministério da Saúde para a verificação de possíveis métodos para diagnóstico e tratamento da síndrome de Irlen pelo Sistema Único de Saúde (SUS); 3. Se a disfunção visual prejudica a manutenção de atenção, memorização e compreensão do texto, a capacidade de leitura ou se causa algum déficit cognitivo; 4. Se os quadros de dificuldade de leitura causados pela síndrome de Irlen, quando identificados pelo professor, recebem atenção específica por parte de professores e gestores escolares; 5. Se o MEC tem conhecimento de alunos que fizeram tratamento com a utilização de lentes especiais coloridas e sobre o impacto desse tratamento no desempenho escolar dos estudantes; 6. Se há relação entre a síndrome e transtornos de aprendizagem como a discalculia e a disgrafia; 7. Se existem ações entre o Ministério da Saúde e o MEC com vista ao tratamento dos alunos que sofrem da síndrome por meio de lentes especiais coloridas; e, 8. Se existem discussões na área técnica do MEC e do Ministério da Saúde sobre a síndrome de Irlen. <p>O relator vota pela aprovação do requerimento com emendas em que sugere adequações ao texto, garantida a conformidade da proposição com os requisitos de admissibilidade constitucionais e regimentais.</p>
40	<p>RQS 883/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado das Comunicações acerca da outorga e da renovação de outorgas de rádios comunitárias nos anos de 2020 e 2021.</p> <p>Autoria: Senador Jean Paul Prates</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Weverton	Pela aprovação	<p>Requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à outorga e à renovação de outorgas de rádios comunitárias: a) eventuais alterações nas regras que regem o serviço de radiodifusão comunitária, seus procedimentos de outorga e renovação de outorgas, nos anos de 2020 e 2021; b) listagem com as emissoras de radiodifusão comunitária outorgadas em 2020 e 2021, a respectiva entidade detentora da autorização, a data da outorga, o nome e o CPF de seus dirigentes; e, c) listagem com as emissoras de radiodifusão comunitária com outorgas renovadas em 2020 e 2021, a respectiva entidade detentora da autorização renovada, a data da renovação, o nome e o CPF de seus dirigentes.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
41	<p>RQS 1290/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Educação relativas à notícia de equívoco do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na transferência, no último mês de janeiro, de R\$ 766 milhões relativos à complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).</p> <p>Autoria: Senador Paulo Rocha</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Weverton	Pela aprovação	Solicita ao Ministro de Estado da Educação informações relativas à notícia de equívoco do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na transferência, no último mês de janeiro, de R\$ 766 milhões relativos à complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Para tal, requer sejam respondidas as seguintes perguntas: a) o que foi apurado sobre as causas do erro ocorrido na transferência; b) quais as providências adotadas para a correção do equívoco e para evitar a repetição de problemas semelhantes; e, c) se o erro ocasionou perda de recursos para a União.
42	<p>RQS 1341/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre as Autorizações de Pesquisa Mineral (APM) com mais de uma renovação, isto é, que tenham superado o prazo inicial de três anos, conforme definido no art. 21 do Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018.</p> <p>Autoria: Senador Zequinha Marinho</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Weverton	Pela aprovação com emendas para encaminhamento do pedido de informações apenas ao Ministro de Estado de Minas e Energia.	Requer a prestação de informações pelo Ministro de Estado de Minas e Energia e pelo Diretor da Agência Nacional de Mineração (ANP) sobre as Autorizações de Pesquisa Mineral (APM) com mais de uma renovação, isto é, que tenham superado o prazo inicial de três anos, conforme definido no art. 21 do Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018. O relator vota pela aprovação parcial do Requerimento nº 1.341, de 2021, com encaminhamento de pedido de informações apenas ao Ministro de Estado de Minas e Energia.
43	<p>RQS 1353/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Educação concernentes ao Edital nº 5, de 2021, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.</p> <p>Autoria: Senador Jean Paul Prates</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Weverton	Pela aprovação	Requer que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação pedido de informações e documentos sobre o Edital nº 5, de 2021, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), consistentes de cópia: a) do Processo Administrativo nº 23038.001447/2021-15; b) de notas técnicas elaboradas com a finalidade de instruir o referido processo em referência; e, c) de minuta de celebração de termo de parceria, ou equivalente, com a Comissão Fulbright, caso existente.
44	<p>RQS 1403/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Educação sobre as mudanças na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).</p> <p>Autoria: Senador Paulo Rocha</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Weverton	Pela aprovação	Solicita informações do Ministro de Estado da Educação, – e documentos, se for o caso – sobre as mudanças na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), nos seguintes termos: a) estudos realizados pelo Ministério da Educação (MEC) para instruir a decisão da Pasta de imprimir novo formato à ANA; b) manifestações da área técnica do Ministério em relação à mudança no formato da avaliação; c) estimativas dos gastos com consultoria externa para operacionalização da mudança, indicando se tais gastos serão continuados e, se for o caso, a previsão de desembolso para os próximos cinco anos; e, d) medidas concebidas pelo Ministério para a harmonização do novo modelo avaliativo em implantação com os processos de ensino-aprendizagem adotados por instituições que utilizem método diverso do fônico.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
45	<p>RQS 1406/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional sobre o impacto da desativação do radar meteorológico de Belém nas ações de defesa civil na região amazônica.</p> <p>Autoria: Senador Paulo Rocha</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Weverton	Pela aprovação	<p>Requer as seguintes informações do Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional sobre o impacto da desativação do radar meteorológico de Belém nas ações de defesa civil na região amazônica: a) qual o impacto da desativação do radar meteorológico de Belém, do Sistema de Proteção da Amazônia, nas ações de defesa civil na região?; b) com a desativação do radar, como estão sendo coletados os dados relativos às estimativas de chuvas e outros eventos meteorológicos intensos que podem causar impacto negativo nas cidades do Estado do Pará?; c) o que está sendo feito pelo Ministério do Desenvolvimento Regional para apoiar o Município de Belém e o Estado do Pará na prevenção e mitigação dos danos causados pelos fortes ventos e tempestades que provocaram grandes prejuízos aos moradores da capital paraense no último mês? Há algum sistema que substitui o radar? A inoperância do radar tem atrapalhado as ações preventivas?; d) considerando a importância do radar de Belém para o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil na Amazônia, o que o Ministério do Desenvolvimento Regional pode fazer para colaborar com a reativação do aparelho? É possível aportar recursos do Ministério para a manutenção do equipamento que permitam colocá-lo novamente em operação?; e, e) há estudos ou diagnóstico técnico a respeito das razões da desativação do radar meteorológico de Belém? Qual é o orçamento demandando para a sua reativação?</p>
46	<p>RQS 1408/2021</p> <p>Ementa: Informações à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre regularização fundiária de assentamentos com características de colonização.</p> <p>Autoria: Senador Paulo Rocha</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Weverton	Pela aprovação	<p>Requer que sejam prestadas, pela Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento as seguintes informações sobre regularização fundiária de assentamentos com características de colonização: a) qual estrutura o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) dispõe para fiscalizar a ocupação ilegal nas áreas rurais da Amazônia?; b) qual a estratégia do Mapa para coibir a grilagem de terras, em especial nas terras ainda não destinadas na Amazônia?; e, c) considerando que, em julho de 2020, o Vice-Presidente da República afirmou que hoje existem em torno de 1500 grileiros e garimpeiros ilegais em território Yanomami, e que estaria sendo estudada uma operação para retirada desses invasores, qual a participação do Mapa na referida operação e qual a previsão para seu início.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
47	<p>RQS 1524/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre a implementação da Portaria nº 1949, de 4 de agosto de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS de 28 de setembro de 2017, para instruir o Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão.</p> <p>Autoria: Senadora Mara Gabrilli</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação	<p>Demanda informações do Ministro de Estado da Saúde sobre a implementação da Portaria nº 1.949, de 4 de agosto de 2020, do Ministério da Saúde, que altera a Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão – Genomas Brasil e o Conselho Deliberativo do Programa Genomas Brasil, fazendo as seguintes indagações: a) o que é o Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão - também chamado de Programa Genomas Brasil? Quais são os objetivos propostos e os produtos esperados?; b) há um planejamento estratégico para o Programa Genomas Brasil? Que ações estão previstas para os primeiros quatro anos?; c) o planejamento, a execução e o monitoramento das ações do Programa foram deliberados pelo Conselho Deliberativo do Programa, conforme previsto na Portaria nº 1.949, de 2020? Quem são os membros do Conselho deliberativo e qual é a atribuição de cada um?; d) que ações foram definidas como prioritárias pelo Conselho Deliberativo do Programa e quais foram executadas até o momento?; e) como o Programa pretende impactar a assistência a doenças raras no País?; f) qual é o orçamento previsto para os quatro primeiros anos do Programa? Quais são as fontes de financiamento do Programa? Há uma ação orçamentária específica para esse financiamento?; g) sabendo-se dos cortes orçamentários recentes na área de Ciência e Tecnologia, como essa redução de recursos impactará a execução do Programa?; h) tendo em vista que o Programa objetiva promover o desenvolvimento da indústria genômica nacional, como será feito esse incentivo? Como a Coordenação do Complexo Industrial da Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (SCTIE/MS) irá atuar para esse fim?; i) como está sendo implementado o banco de 100 mil Genomas de referência da população brasileira e onde ele está hospedado? O banco é de livre acesso? Esse banco passou por análise e aprovação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)?; e, j) reconhecendo a importância da vigilância genômica, o Programa Genomas Brasil atuou no enfrentamento da pandemia de covid-19? Como se deu essa participação?</p>
48	<p>RQS 1561/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Educação sobre a execução orçamentária da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos três últimos exercícios financeiros concluídos.</p> <p>Autoria: Senador Paulo Paim</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	<p>Requer sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Educação informações sobre a execução orçamentária da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos três últimos exercícios financeiros concluídos. Nesse sentido, são requisitadas informações atinentes: a) ao montante da despesa fixada para a Capes, assim como da despesa liquidada pela Autarquia, nos exercícios de 2018 a 2020; b) ao percentual da despesa liquidada pela Capes como proporção da despesa liquidada pelo Ministério da Educação (MEC) relativamente à educação superior, no mesmo período; c) aos critérios técnicos utilizados como fundamento para as alterações eventualmente havidas no orçamento dessa entidade no período apontado.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
49	RQS 1594/2021 Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Economia sobre a dissolução societária do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A, autorizada pelo Decreto no 10.578, de 15 de dezembro de 2020. Autoria: Senadora Leila Barros [tramitação] Não Terminativo	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação	Solicita informações ao Ministro de Estado da Economia, além da remessa de documentos sobre a dissolução societária do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A, autorizada pelo Decreto no 10.578, de 15 de dezembro de 2020. Requer dados sobre: a) informações e documentos que justifiquem a importância da liquidação do CEITEC para a economia do País, frente a conjuntura de falta de semicondutores no Mundo; b) estudos que indiquem a vantajosidade da liquidação frente à alternativas como a privatização do ativo; c) o que está sendo feito para evitar evasão de pessoal qualificado do País, na produção de semicondutores, e manutenção da capacidade de produção de chips; e, d) relatórios das auditorias, internas e externas que demonstrem a vantajosidade econômica e legalidade dos atos que envolvam a liquidação.

3ª Parte - ATO DA COMISSÃO DIRETORA QUE NORMATIZA A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE INVESTIGAÇÃO DE REGISTROS TELEFÔNICOS E TELEMÁTICOS (SITTEL) NO ÂMBITO DO SENADO FEDERAL.

Finalidade: Normatizar a utilização do Sistema de Investigação de Registros Telefônicos e Telemáticos (Sittel) no âmbito do Senado Federal.

4ª Parte - ATO DA COMISSÃO DIRETORA QUE REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO DAS SESSÕES E REUNIÕES REMOTAS E SEMIPRESENCIAIS NO SENADO FEDERAL E A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA

Finalidade: Regular o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal (SDR) criado pelo Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, promovendo as adequações para possibilitar o uso em reuniões de comissões, bem como inclusão de procedimentos adotados nas sessões remotas e semipresenciais do Senado Federal.

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.